

DIGNIDADE HUMANA E VULNERABILIDADES DA PESSOA INTERSEXO

Raul Aragão Martins¹

Trago a contribuição da Educação. Sou psicólogo na área da Educação e procuro trazer para a área da Educação os conhecimentos que a Psicologia desenvolveu nos últimos anos. A justificativa utilizada pela Medicina para as cirurgias precoces, a fim de que as crianças não sofram *bullying* na escola, não tem fundamentação científica nenhuma.

Minha fala vai se ater a dois conceitos que consideramos muito importantes na Psicologia e na Educação: a dignidade humana e a vulnerabilidade. O conceito de dignidade humana tem raízes na religiosidade, como, por exemplo, na concepção cristã de pessoa humana: um ser construído à semelhança de seu criador. Mas precisamos refletir sobre esse conceito, primeiro, pela necessidade de reafirmarmos ele para as novas gerações. É responsabilidade dos adultos educar as crianças e os jovens. E em segundo lugar porque os próprios adultos não têm esse conceito muito bem estabelecido em si.

Podemos considerar que, modernamente, essa questão da dignidade humana remonta ao século XIII, quando um grupo de nobres ingleses impuseram ao rei da Inglaterra da época, um certo João Sem Terra, um conjunto de normas que o obrigava a realizar um julgamento para quem fosse considerado culpado de alguma falha. Naquela época, se o rei considerasse alguém culpado, mandava matar a pessoa e pronto. Nesse julgamento, havia o direito de defesa do réu. Hoje esse procedimento

¹ Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL (Câmpus de Lorena) (1977), Mestre (1986) e Doutor (1991) em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas - RJ. Livre-Docente em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2006). Atualmente é professor associado do Depto. Educação do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista - IBILCE/UNESP (Campus de São José do Rio Preto). Credenciado como orientador e docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP (Campus de Marília). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Desenvolvimento Social e da Personalidade, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento sociomoral, uso de álcool e outras drogas por adolescentes, desenvolvimento infantil, educação infantil e crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

parece banal, mas foi um marco na história humana. O rei era obrigado a ouvir essa pessoa acusada antes de qualquer sentença. Temos de considerar que esse “outro” compreendia apenas os nobres, a população em geral não tinha essa proteção.

Tivemos que esperar até a Revolução Francesa, no final do século XVIII, para esses direitos se estenderem à burguesia, e só em 1948, cerca de 73 anos atrás, foi que a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Ou seja, em termos históricos, nós estamos engatinhando nesse tema, que, devido à sua complexidade, precisa ser discutido por todas as vozes da sociedade. Isto é, como todas as pessoas que me precederam falaram, uma Resolução como a 1.664/03 do CFM (Conselho Federal de Medicina) requer que os representantes da Medicina ouçam todos os especialistas e as pessoas envolvidas na questão. Para quê? Lembremos que, dentro dessa perspectiva, temos que ter isso muito claro: o ser humano é visto como um ser dotado de direitos e merecedor de respeito.

Quando falamos em vulnerabilidade, pensamos na vulnerabilidade individual, a qual toca todos nós humanos. Vulnerabilidade vem da palavra latina “vulnus”, que significa ferimento. A nossa corporalidade, deixa isso muito claro, mostra que nós somos sensíveis, que nós temos limitações orgânicas. Falamos também em vulnerabilidade social. Dependendo do grupo social a que a pessoa pertence ou dependendo de como a pessoa nasce, a vulnerabilidade social vai acarretar outras vulnerabilidades; é o que acontece com as crianças intersexo.

Podemos pensar a vulnerabilidade em termos inerentes, situacionais e patogênicos. A vulnerabilidade inerente diz respeito a alguns tipos de vulnerabilidade que são inerradicáveis, que fazem parte da nossa corporalidade. Por exemplo, nós nascemos, crescemos, envelhecemos e, chega um ponto, que a nossa vida tem um final. Isso é inevitável na vida humana, isso faz parte da nossa constituição.

Temos a vulnerabilidade situacional, que pode ser exacerbada por questões sociais. Por exemplo, uma pessoa que perdeu seu emprego fica vulnerável em termos sociais e econômicos.

Temos a vulnerabilidade patogênica, que vem chamando a minha atenção e sobre a qual venho desenvolvendo estudos. Ela é um subconjunto de vulnerabilidades

situacionais, que são aquelas que têm dependência moral e são moralmente inaceitáveis, que devem ser eliminadas. A vulnerabilidade patogênica inclui vulnerabilidades recorrentes de preconceitos ou abuso nas relações interpessoais no domínio pessoal, opressão ou violência. Eu entendo a forma como crianças intersexo vem sendo tratadas a partir da vulnerabilidade patogênica.

A vulnerabilidade patogênica obriga as pessoas que têm responsabilidade na sociedade, que têm conhecimento sobre os problemas, atender as necessidades das pessoas, fornecer cuidados adequados a elas, minimizando os riscos de danos e evitando a exploração. Isso é o básico.

Repensando a autonomia e a proteção. A autonomia é entendida como a capacidade de levar uma vida autodeterminada quanto ao estado, ser reconhecido como um agente autônomo por outros. Ela é condição crucial para uma vida adequada da sociedade.

A autonomia é entendida como relacional. Não podemos pensar em autonomia composta à vulnerabilidade, como coisas interdependentes. Na medida em que crianças estão vulneráveis, nós vamos desenvolvendo sistemas, condições para que elas tenham condições de ter a sua autonomia, para que elas desenvolvam a sua autonomia, e, à medida que forem crescendo, participem das decisões que vão sendo tomadas em relação à suas vidas. As decisões cruciais, aquelas que vão modificar a vida das crianças, que vão implicar o restante de suas vidas, devem ser tomadas no final da adolescência e início da vida adulta, para que elas tenham maturidade psíquica, emocional e cognitiva e, junto com outros especialistas, com uma equipe interdisciplinar, possam tomar decisões que as permitirão ter uma vida satisfatória e adequada ao longo dos anos. Eu considero isso fundamental.

Enquanto professor universitário, venho trabalhando da forma mencionada com vários alunos. Eu tive o prazer de orientar o mestrado e o doutorado da Dra. Thaís Emília, e estamos publicando resultados das pesquisas.

Precisamos levar essa discussão para a sociedade de uma forma geral. Precisamos dar uma fundamentação científica para que as decisões que a Justiça e os Conselhos tomam tenham o melhor atendimento para todas essas pessoas, considerando os dois pontos fundamentais mencionados: respeitar a dignidade



humana e levar em conta que esse ser humano tem vulnerabilidades. Nós precisamos, ao mesmo tempo, reconhecer isso e trabalhar esses aspectos para o desenvolvimento da autonomia da pessoa.